



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GISE/DRE/DRPJ/SR/PF/MT

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 08320.000627/2026-05

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

- 1.1. Número do Estudo Técnico Preliminar: 144894405
- 1.2. Categoria do objeto: Aquisição de bem/serviço comum de engenharia
- 1.3. Processo Administrativo: 08320.000627/2026-05

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A presente contratação visa especificamente o fornecimento e a instalação de sombreadores no estacionamento do GISE - Polícia Federal em Mato Grosso, localizada na Rua vinte e quatro de outubro 1425, bairro popular - Cuiabá/MT. O objetivo primordial é proteger tanto a frota de veículos oficiais quanto os veículos particulares dos servidores que utilizam o local.

2.2. A necessidade de cobertura se torna inadiável diante das condições climáticas extremas da região, que se caracterizam por sol intenso durante a maior parte do ano, elevadas temperaturas e, em contrapartida, períodos de chuvas fortes. Essa exposição contínua e desprotegida dos veículos acarreta uma série de problemas, tais como o aumento excessivo da temperatura interna dos veículos, a rápida degradação da pintura e o ressecamento de borrachas e plásticos. Tais fatores comprometem significativamente a vida útil dos componentes e a segurança da frota, além de gerar desconforto para os usuários. A proteção se estenderá a um total de 14 vagas de estacionamento, conforme levantamento preliminar realizado.

2.3. A ausência de proteção adequada, como a que se observa atualmente, tem resultado em custos de manutenção não planejados e na depreciação acelerada dos veículos, representando um prejuízo considerável ao patrimônio público. A instalação dos sombreadores é essencial para mitigar esses danos, prolongar a vida útil dos automóveis e, consequentemente, reduzir os gastos com reparos e substituições.

2.4. Adicionalmente, esta iniciativa proporciona melhores condições de trabalho e maior segurança aos usuários do estacionamento, alinhando-se diretamente aos princípios da eficiência, economicidade e bem-estar do servidor. Garantirá também a conformidade com as exigências de proteção patrimonial e de infraestrutura adequada para as atividades do órgão, reforçando a gestão responsável dos bens públicos.

2.5. A contratação por via indireta é plenamente justificada pela falta de mão de obra no quadro de servidores da SR/PF/MT e de materiais específicos para a realização desse serviço. A execução de obras e serviços que demandam expertise técnica e equipamentos especializados, como a instalação de estruturas metálicas e coberturas, não faz parte das atribuições rotineiras do quadro funcional da Polícia Federal.

2.6. Dessa forma, a terceirização do serviço, por meio de processo licitatório, respeita rigorosamente o Decreto nº 9.507/2018, que regulamenta a execução indireta de serviços pela Administração Pública Federal e se alinha com as disposições da Lei nº 14.133/2021 sobre a busca da solução mais vantajosa para a Administração.

3. ÁREA REQUISITANTE

3.1. Área Requisitante: GISE/DRE/DRPJ/SR/PF/MT

3.2. Responsável pela Demanda: Claudio Adolfo Lopes Mineiro

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Para atender eficazmente à necessidade da Administração, é imprescindível a contratação de uma empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura, que possua comprovada qualificação técnica e experiência prévia na execução de obras e serviços de natureza semelhante. O objeto a ser licitado deverá cumprir com os seguintes requisitos, em conformidade com o art. 18, inciso V, da Lei nº 14.133/2021:

4.1.1. O objeto licitado não é de natureza continuada, visto que sua finalidade principal é a instalação de uma infraestrutura permanente no estacionamento da SR/PF/MT. Uma vez instalado, o sombreador cumprirá sua função sem exigir renovação periódica da prestação do serviço em si, embora demande manutenção (que será absorvida por contrato existente, conforme item 10).

4.1.2. A empresa contratada deverá apresentar total regularidade com todas as suas certidões negativas e dos cartórios, bem como possuir o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) totalmente atualizado e em situação regular. Este requisito visa assegurar a idoneidade e a capacidade legal da futura contratada para celebrar contrato com a Administração Pública;

4.1.3. A contratada deverá, obrigatoriamente, observar as diretrizes que estejam em conformidade com as práticas de sustentabilidade, conforme estabelecido no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União (AGU). Além disso, deverá respeitar todas as Normas Brasileiras (NBR) pertinentes à gestão e descarte de resíduos sólidos, demonstrando responsabilidade ambiental em todas as etapas da execução.

4.1.4. Não haverá exigência de garantia de execução do contrato, com base na faculdade prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021. A decisão de não exigir a garantia fundamenta-se na natureza do objeto, que se caracteriza como um serviço comum de engenharia de escopo definido, valor compatível com as capacidades do mercado e no controle rigoroso exercido pela Administração através de outras formas de mitigação de riscos, como fiscalização técnica intensiva e pagamento atrelado à entrega final do objeto. Esta abordagem visa ampliar a competitividade do certame, sem comprometer a segurança da contratação, pois os riscos residuais são considerados aceitáveis e adequadamente endereçados pelos demais mecanismos de controle.

4.1.5. A vistoria prévia ao local de execução dos serviços será facultativa. Os interessados que optarem por não realizá-la deverão apresentar uma declaração formal assinada pelo seu representante, atestando o pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação. Esta medida visa fomentar a competitividade ao não impor um custo de deslocamento obrigatório a todos os licitantes, ao mesmo tempo em que transfere o ônus de eventual desconhecimento das condições locais para o próprio contratado.

4.2. Adicionalmente aos requisitos gerais, a CONTRATADA deverá cumprir com as seguintes obrigações específicas para a execução do serviço:

4.2.1. Será de sua inteira responsabilidade o fornecimento completo, a entrega no local e a instalação adequada dos sombreadores. A empresa responderá civil e criminalmente por quaisquer danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa, seus empregados, prepostos ou terceiros causarem, direta ou indiretamente, à Contratante ou a terceiros, reforçando a importância da diligência e da qualidade na execução.

4.2.2. A contratada deverá entregar o objeto em perfeitas condições de uso e funcionalidade, rigorosamente conforme as especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência, dentro do prazo estabelecido e no local indicado pela Administração. Todos os serviços deverão ser executados em estrita conformidade com as normas de segurança do trabalho e as exigências dos órgãos ambientais competentes.

4.2.3. Antes do início da execução dos serviços, a empresa deverá apresentar a Anotação de

Responsabilidade Técnica (ART) do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). Este requisito garante que o projeto e a execução sejam supervisionados por profissionais legalmente habilitados.

4.2.4. É mandatório o emprego de materiais novos e de primeira qualidade na prestação do serviço, assegurando a durabilidade e a eficácia da solução a ser instalada.

4.2.5. A contratada deverá arcar com o ônus de qualquer equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, comprometendo-se a complementá-los, se o previsto inicialmente não for suficiente para o atendimento integral do objeto da licitação, sem custos adicionais para a Administração.

4.2.6. Quaisquer serviços efetuados que apresentem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados durante a instalação do equipamento, bem como dentro do período de garantia, deverão ser reparados, corrigidos, removidos ou substituídos, total ou parcialmente, às suas expensas e no prazo fixado pelo fiscal do contrato.

4.2.7. A CONTRATADA será integralmente responsável pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990). A CONTRATANTE estará autorizada a descontar de pagamentos devidos à CONTRATADA o valor correspondente aos danos sofridos, conforme estabelecido contratualmente.

4.2.8. A empresa deverá utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos e específicos para os serviços a serem executados, garantindo a conformidade com as normas e determinações em vigor durante o período de instalação e garantia do equipamento.

4.2.9. Todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e tributárias relativas à sua equipe serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sendo que qualquer inadimplência não transferirá responsabilidade à CONTRATANTE. Este ponto é crucial para a segurança jurídica do contrato e em conformidade com as melhores práticas de gestão contratual.

4.2.10. A CONTRATADA deverá instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar e respeitar as normas internas da Administração durante a permanência nas dependências do GISE/MT.

4.2.11. É proibida a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos. Da mesma forma, não será permitido o trabalho do menor de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, em conformidade com a legislação trabalhista vigente.

4.2.12. A CONTRATADA e seus empregados deverão guardar sigilo absoluto sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, garantindo a segurança e a confidencialidade inerentes às atividades da Polícia Federal.

4.3. Por se tratar de uma obra de engenharia, o serviço deverá seguir rigorosamente as normas técnicas aplicáveis e reconhecidas no Brasil, essenciais para a segurança e durabilidade da estrutura, em especial:

4.3.1. **ABNT NBR 6123:** Esta norma estabelece os critérios para o cálculo de forças devidas ao vento em edificações, fundamental para o dimensionamento adequado das estruturas de sombreadores, garantindo sua resistência a intempéries.

4.3.2. **ABNT NBR 6118:** Esta norma estabelece as condições e requisitos exigíveis no projeto, dimensionamento e detalhamento de estruturas de concreto armado. Sua aplicação é fundamental para o correto dimensionamento das fundações (sapatas, blocos, etc.) que receberão as cargas da estrutura metálica, incluindo as cargas de vento transmitidas, garantindo a estabilidade e segurança do conjunto.

4.3.3. **ABNT NBR 8800:** Esta norma trata do projeto de estruturas de aço e é essencial para o dimensionamento e detalhamento dos componentes metálicos que comporão os sombreadores, assegurando a integridade estrutural.

4.3.4. **AISI (1996):** A Norma Técnica Americana para perfis tubulares e metalons deve ser utilizada como referência complementar para a especificação e dimensionamento dos perfis

metálicos, caso a NBR 8800 não cubra detalhadamente todos os aspectos.

4.4. A empresa contratada também deve apresentar um projeto executivo detalhado para a aprovação da fiscalização da SR/PF/MT e garantir que a instalação siga todas as exigências legais e normativas para segurança e conformidade, incluindo aspectos de acessibilidade, se aplicável, e as regulamentações locais.

4.5. Por fim, a CONTRATADA deverá adotar práticas que evitem o desperdício de materiais e a geração de resíduos que não possam ser reaproveitados, alinhando-se aos princípios de sustentabilidade e eficiência no uso de recursos.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. A pesquisa de mercado foi realizada de forma diligente, abrangendo cinco empresas especializadas na fabricação e instalação de sombreadores nas cidades de Cuiabá e Várzea Grande, no estado de Mato Grosso. As propostas coletadas revelaram variações significativas em termos de valor, especificações técnicas e prazos de entrega, o que oferece uma base sólida para uma análise competitiva na etapa de licitação.

5.2. A análise dos orçamentos e das especificações técnicas fornecidas pelas empresas do mercado confirmou a viabilidade de obtenção da solução necessária para a proteção das 14 vagas de estacionamento do GISE/MT. As empresas demonstraram capacidade técnica para atender aos requisitos essenciais de material (aço de alta qualidade, tela de polietileno com proteção UV) e normas (cálculo estrutural, fixação adequada).

5.3. A modalidade de contratação mais adequada para este objeto é o Pregão Eletrônico, por se tratar de um bem e serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência. O critério de julgamento será o de menor preço, que se alinha perfeitamente com a natureza da solução e com o princípio da economicidade.

5.4. A escolha do Pregão Eletrônico, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021, é a mais eficiente para a contratação de bens e serviços com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos. Essa modalidade não apenas permite a ampliação da competitividade entre os potenciais fornecedores, mas também favorece a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, maximizando o uso dos recursos.

5.5. A pesquisa revelou que o mercado local e regional possui capacidade para absorver a demanda, apresentando soluções que atendem aos requisitos técnicos e de qualidade definidos, com prazos de entrega compatíveis com a urgência da necessidade.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A solução de sombreadores que se pretende contratar consiste no fornecimento completo e na **instalação de estruturas de cobertura para as 14 vagas de estacionamento na Superintendência Regional da Polícia Federal em Mato Grosso**. O escopo abrange a fabricação e a montagem integral da estrutura de suporte e da cobertura propriamente dita.

6.2. A estrutura metálica deverá ser robusta, projetada para suportar as condições climáticas severas da região, incluindo ventos fortes e o peso da tela. Os materiais especificados são tubos de aço de alta qualidade, com diâmetros de 4 polegadas para os pilares e de 2 a 3 polegadas para os arcos e avanços, garantindo a estabilidade e durabilidade da construção.

6.3. A cobertura de sombreamento será executada com telas de polietileno de alta densidade (HDPE), com uma **gramatura mínima de 220g/m²**. Essas telas são escolhidas por oferecerem excelente proteção UV, sendo especialmente projetadas para resistir a condições climáticas adversas e reduzir significativamente os danos causados aos veículos pela exposição solar intensa.

6.4. O serviço deverá ser realizado na área interna de estacionamento do GISE/MT.

6.5. O serviço abrangerá todas as etapas necessárias, desde a elaboração do projeto executivo,

que deverá ser aprovado pela fiscalização, passando pelo transporte de todos os materiais e componentes até o local, a instalação física completa, culminando com a emissão do termo de recebimento do serviço, atestando sua conclusão e conformidade

6.6. O prazo de entrega esperado para a conclusão de todo o serviço, desde a ordem de serviço até a entrega final, será de 90 dias, considerando a complexidade da fabricação e instalação das estruturas para 14 vagas.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. A quantidade de módulos sombreadores a ser contratada foi precisamente estimada para atender à demanda total e irrestrita de 14 vagas do GISE/MT.

7.2. O objeto da contratação é a de **módulos sombreadores para cobertura de 14 vagas de estacionamento**, garantindo assim a proteção integral de todos os veículos que utilizam o estacionamento.

7.3. A unidade de medida para o serviço será a "**vaga de estacionamento**". Esta escolha permite uma análise comparativa mais clara e objetiva entre as propostas das empresas e facilita um controle mais preciso da execução contratual, uma vez que o pagamento poderá ser atrelado ao número de vagas efetivamente cobertas e entregues.

7.4. A descrição detalhada do item único a ser contratado, conforme o Termo de Referência, incluirá:

Item	Descrição	CATMAT/ CATSERV	Unidade de Fornecimento	Qtd. Mínima	Qtd. máxima
1	Fornecimento e na instalação de sombreadores para cobrir as 14 vagas de estacionamento na Unidade GISE/MT. A solução inclui a fabricação e a montagem completa da estrutura de suporte e da cobertura . A estrutura metálica deverá ser robusta, fabricada com tubos de aço de alta qualidade, como os de 4 polegadas para os pilares e 2 a 3 polegadas para os arcos e avanços. A cobertura de sombreamento deverá ser executada com telas de polietileno de alta densidade, com gramatura de no mínimo 220g/m² . As telas deverão fornecer proteção UV e devem ser projetadas para resistir a condições climáticas severas, reduzindo os danos aos veículos.	17809	Unidade de vaga coberta	14	14

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor médio estimado da contratação, que servirá de preço máximo no certame, é de **R\$ 45.608,66 (quarenta e cinco mil, seiscientos e oito reais e sessenta e seis centavos)**.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. A contratação será realizada de forma integral, ou seja, sem qualquer parcelamento do objeto, em total conformidade com o art. 40, inciso V, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021. Esta decisão é justificada pela natureza intrínseca da solução e pela necessidade de garantir a uniformidade, a segurança e a funcionalidade do projeto como um todo.

9.2. O parcelamento deste objeto comprometeria gravemente a viabilidade técnica e econômica da contratação. Dividir a responsabilidade por estruturas que se integram, em diferentes áreas do estacionamento, entre múltiplos fornecedores, geraria diversos problemas.

9.3. Tais problemas incluiriam o aumento dos custos administrativos e de fiscalização, devido à necessidade de gerenciar múltiplos contratos, além de um risco elevado de gerar incompatibilidade técnica entre diferentes fornecedores, com projetos e materiais que poderiam não se harmonizar, comprometendo a integridade e a estética do conjunto. A unificação da contratação assegura uma responsabilidade técnica única e uma execução coesa.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

10.1. A presente contratação é considerada autônoma e não possui vínculos diretos com outras contratações de caráter interdependente para sua efetivação. O objeto, que consiste no fornecimento e na instalação dos módulos sombreadores, pode ser executado de forma independente sem comprometer a eficiência ou a realização de outros projetos do GISE/MT.

10.2. No entanto, em um contexto de economicidade e otimização de recursos, a manutenção preventiva e corretiva dos sombreadores instalados será absorvida e gerenciada pelo contrato de manutenção predial já existente no GISE/MT. Esta estratégia evita a necessidade de uma nova licitação para fins de manutenção, alinhando-se ao princípio da economicidade e da eficiência na gestão dos contratos.

10.3. Tal arranjo reforça o planejamento inteligente dos contratos e a busca pela integração de serviços correlatos para reduzir custos administrativos e operacionais, sem criar dependências que atrasem ou inviabilizem a instalação dos sombreadores.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. A contratação proposta está intrinsecamente alinhada com o Planejamento Estratégico da Polícia Federal, com foco primordial no eixo "Pessoas e Estrutura". Ao prover uma infraestrutura mais adequada e proteger o patrimônio da instituição, esta iniciativa contribui diretamente para os objetivos estratégicos de melhoria das condições de trabalho e de conservação dos bens públicos

11.2. A necessidade da contratação é plenamente justificada pelos prejuízos técnicos e financeiros causados pela exposição solar em Cuiabá, um problema que impacta diretamente a frota e os veículos dos servidores. A solução proposta, de instalação de sombreadores, configura-se como a mais prudente e economicamente viável no cenário atual, oferecendo um retorno significativo sobre o investimento em termos de preservação de ativos e bem-estar

11.3. A contratação demonstra uma racionalidade e um planejamento de longo prazo. A estrutura do sombrite será permanente e, de forma notável, parte dela poderá ser reutilizada em futuras obras, por exemplo, na eventual reconfiguração do estacionamento ou em outras unidades da Polícia Federal. Essa característica de reuso otimiza o emprego dos materiais e evita prejuízos ao erário público, reforçando o compromisso com a gestão eficiente dos recursos.

11.4. Além disso, a implementação desta solução intermediária não prejudica e, em certa medida, complementa os planos futuros de urbanização completa do pátio, ao garantir a proteção dos veículos enquanto os projetos de longo prazo são desenvolvidos e os recursos orçamentários adequados não são liberados.

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

12.1. A contratação e consequente instalação dos sombreadores trarão benefícios substanciais, sendo o principal a proteção eficaz dos veículos contra os danos causados por intempéries, como a degradação da pintura e dos componentes internos e externos. Isso resultará em uma significativa redução dos custos de manutenção e na extensão da vida útil da frota, otimizando o investimento em veículos.

12.2. Além dos evidentes benefícios materiais e financeiros, a iniciativa demonstra de forma palpável o compromisso do órgão com a qualidade de vida e o bem-estar dos servidores. Ao proporcionar maior conforto para os usuários do estacionamento, que não terão seus veículos expostos ao sol escaldante ou às chuvas torrenciais, a medida contribui para um ambiente de trabalho mais agradável e valorizado

12.3. A redução da temperatura interna dos veículos antes de seu uso, proporcionada pela sombra, impacta diretamente na segurança e conforto dos agentes e demais servidores, especialmente aqueles que utilizam a frota em atividades operacionais, que muitas vezes exigem prontidão e foco imediato.

12.4. A preservação do patrimônio e a melhoria das condições de trabalho são pilares fundamentais da gestão pública e são plenamente atendidos por esta contratação, reforçando a imagem da Polícia Federal como uma instituição que valoriza seus recursos humanos e materiais.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. As providências a serem adotadas pela Administração, previamente à celebração do contrato, são essenciais para assegurar a transparência, a legalidade e a eficiência do processo licitatório e da execução contratual.

13.1.1. AA Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) é a instância responsável pela elaboração deste Estudo Técnico Preliminar (ETP), bem como pela confecção do Mapa de Riscos, que será fundamental para a gestão preventiva do contrato. Além disso, a EPC será incumbida de elaborar o Termo de Referência, que conterá todas as especificações técnicas detalhadas e as condições da contratação.

13.1.2. Uma equipe de fiscalização e gestão contratual será formalmente definida e designada para o contrato. Esta equipe será integralmente responsável por acompanhar a execução do serviço, verificando o cumprimento de todas as cláusulas contratuais, atestando a qualidade e a quantidade dos serviços entregues e garantindo a conformidade com as normas aplicáveis.

13.1.3. A Administração, por meio de seus órgãos competentes, acompanhará rigorosamente todo o processo licitatório, desde a fase de habilitação das empresas proponentes até a entrega final e o recebimento do objeto, assegurando a lisura e a transparência em todas as etapas..

13.1.4. A capacidade técnico-operacional da empresa vencedora será minuciosamente verificada por meio da apresentação e análise de atestados de execução de serviços similares, que comprovem sua experiência e habilidade para realizar a instalação dos sombreadores com a qualidade e segurança exigidas.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. A **implantação** dos sombreadores para o estacionamento não apresenta expectativa de **significativos impactos ambientais negativos**. Dada a natureza protetiva do projeto, que não implica alteração relevante do ecossistema, os potenciais danos são considerados mínimos.

14.2. Contudo, a Administração reconhece os impactos inerentes à execução de qualquer serviço e **exigirá** da futura contratada a adoção de **práticas de gestão ambiental e sustentabilidade**. Tais medidas serão focadas na **mitigação de riscos**, com especial atenção à correta **segregação e destinação de resíduos sólidos** gerados durante a instalação:

14.2.1. **Gerenciamento de Resíduos:** A empresa contratada será obrigada a realizar o gerenciamento adequado de todos os resíduos sólidos gerados durante a instalação. Isso inclui a coleta seletiva, o transporte e o descarte final em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e demais regulamentações. Será exigido que a contratada evite o desperdício de materiais e a geração de resíduos sem possibilidades de reaproveitamento ou reciclagem.

14.2.2. **Uso de Materiais Duráveis:** A especificação e a escolha de materiais de alta qualidade e durabilidade, como o aço e as telas com proteção UV, são medidas que visam explicitamente prolongar a vida útil do sombreador. Ao maximizar a durabilidade, reduz-se a necessidade de substituições frequentes e, conseqüentemente, a geração de resíduos futuros, contribuindo para a sustentabilidade do investimento.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1. Com base na análise detalhada apresentada neste Estudo Técnico Preliminar, a equipe de planejamento, após aprofundada avaliação, declara que a contratação da solução de instalação de sombreadores para o estacionamento da SR/PF/MT se mostra **plenamente possível tecnicamente e fundamentalmente necessária** para atender aos objetivos da Administração. O presente planejamento foi elaborado com rigor, em conformidade com os requisitos técnicos, atendendo às necessidades do órgão e aos benefícios pretendidos.

15.2. Diante de todo o exposto, e considerando a premente necessidade de proteção do patrimônio e de melhoria das condições para os servidores, declara-se a **viabilidade da contratação pretendida**. Esta solução é considerada a mais vantajosa para a Administração Pública, pois não só atende aos requisitos essenciais e preceitos legais da Lei nº 14.133/2021, como também garante a eficiência e a economicidade dos recursos públicos, representando um investimento estratégico com retorno tangível.

Assinam eletronicamente:

(assinado eletronicamente)
CLAUDIO ADOLFO LOPES MINEIRO
Agente de Polícia Federal - Mat. 14.479
GISE/DRE/DRPJ/SR/PF/MT

(assinado eletronicamente)
RICARDO RODRIGUES LIMA
Agente de Polícia Federal - Mat. 17.289
GISE/DRE/DRPJ/SR/PF/MT



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO ADOLFO LOPES MINEIRO**, Agente de Polícia Federal, em 27/02/2026, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO RODRIGUES LIMA**, Agente de Polícia Federal, em 02/03/2026, às 09:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=144894405&crc=380E8F74.
Código verificador: **144894405** e Código CRC: **380E8F74**.